



**Relatório de Controlo Orçamental e de
Acompanhamento da Atividade
3º Trimestre de 2020**

27/11/2020



ÍNDICE

1.	ORGÃOS SOCIAIS.....	3
2.	NOTA PRÉVIA.....	4
3.	ENQUADRAMENTO	6
4.	ATIVIDADE	9
5.	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	11
6.	“COVID – 19”	14
7.	ANÁLISE DE DESVIOS FACE AO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO	19
8.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO TERCEIRO TRIMESTRE	22
9.	RELATÓRIO TRIMESTRAL DO FISCAL ÚNICO.....	25



1. ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente - Pedro Maria da Costa de Sousa de Macedo Simão

Secretária - Catarina Charters de Amaral Marques Fernandes Homem

Conselho de Administração

Presidente – Dr. José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros

Vogal – Eng.º Rui Pedro de Sousa Barreiro

Fiscal Único

Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda. - representada por Joaquim Oliveira de Jesus

Suplente - Maria Balbina Boino Cravo



2. NOTA PRÉVIA

O capital social da FLORESTGAL – Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A. é composto por 4.940.000 ações de valor nominal unitário de 5 euros cada, integralmente detidas pela Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A., encontrando-se representadas por um único título. O seu objeto social consiste no planeamento, promoção e desenvolvimento de projetos no âmbito das atividades florestal e silvo-pastoril. A sociedade pode, acessoriamente, explorar serviços e efetuar as operações civis, comerciais e financeiras relacionadas direta e indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto social ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.

O presente relatório tem por base, em termos orçamentais, o Plano de Atividades e Orçamento (“PAO”) para o triénio 2020/22 submetido pela Florestgal em 18 de novembro de 2019, o qual veio a merecer aprovação dos Ex.mos Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Senhor Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território após parecer favorável da UTAM.

Concomitantemente, o ano de 2020 constituirá também o primeiro exercício estratégico do Plano de Negócios (PN) 2020/60 que se encontra vertido no Plano de Atividades e Orçamento 2020/22 (“PAO”), onde se encontram definidos um conjunto de objetivos, meios mais táticos e operacionais que são necessários despoletar para o cumprimento da visão.

Num sector com ciclos de receita muito longos como é o da floresta e dos produtos da floresta, a 30, 40 ou mais anos, é crítico para a Florestgal criar uma base de receitas correntes provenientes de serviços de muito longa duração, previsibilidade e fiabilidade que lhe permitam não só realizar os investimentos prospetivos, como, e sobretudo, dispor de recursos para “esperar” pelos primeiros ciclos dessas receitas (da floresta e dos produtos da floresta).

O avanço comercial para estas receitas de serviços e de longa duração, no curto e médio prazo, é um fator determinante de sucesso do Plano Estratégico. Neste sentido, ao nível comercial, a par de um processo permanente de maximização do valor, tipologia e propriedades sob arrendamento tradicional (campanha, pastagens, cinegética, apiários, etc.), bem como das vendas de ativos biológicos disponíveis, a empresa estabeleceu como metas comerciais o arrendamento de 900 hectares sob a forma de floresta de conservação e a obtenção de direitos de exploração sobre 3.000 novos hectares de áreas de terceiros para 2020. Este tipo de arrendamentos, de Floresta de Conservação, têm uma dinâmica e um período de gestão diferente dos



tradicionais, mas permitem posteriormente assegurar uma maior estabilidade e previsibilidade aos *cash-flows* futuros, fundamental para o desenvolvimento dos novos povoamentos produtivos.

Simultaneamente será perseguida também uma estratégia de aumento de áreas sob exploração, da ordem de os 3.000 hectares ano, sob os quais incidirá todo um conjunto de aproveitamentos (povoamentos de produção, arrendamentos, etc.) como estratégia de ganho de escala / diluição de custos de estrutura / capacitação para chegar aos grandes clientes internacionais que asseguram projetos de aquisição de recursos da floresta de muito longa duração (madeira, resina, frutos secos, etc.) e a sua sustentabilidade em patamares económico e financeiros apelativos.

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (*International Accounting Standards and Interpretations*), coletivamente denominadas de IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, tal como adotadas na União Europeia (UE).

3. ENQUADRAMENTO

Ao fim de cerca de dois anos, a atividade da Florestgal permanece constrangida por diversas ordens de razão, algumas estruturais e com efeitos adversos e cruzados, a saber:

- O facto de ter resultado da conversão de uma empresa existente (julho de 2018), sem realização de estudos prévios e quantificações do seu plano de negócios.

Foi a nova administração da empresa que teve de preparar o Plano de Negócios ao mesmo tempo que mantinha a reconversão das atividades decorrentes do seu novo objeto social, sem nunca lhe ter sido formalmente reconhecido o “espartilho orçamental” das atividades imobiliárias que caracterizavam o seu anterior objeto social totalmente díspar do atual.

- O facto de se encontrar sob uma tutela conjunta do Ministério das Finanças (via Parpublica que detém o seu capital) e do Ministério do Ambiente e Ação Climática (via SECNFOT que detém a tutela setorial) que reparte interesses nalguns casos conflitantes ou mesmo antagónicos em face do momento que esta se encontra.
- Não existir enquadramento legal adequado para empresas com operações de muito longa duração, que requerem decisões com o mesmo alcance e planeamento, ou em fase de arranque (“*startup*”) no Sector Empresarial do Estado, com custos imprevistos de arranque de uma qualquer sociedade comercial:
 - quer por via orçamental
 - Decreto Lei de Execução Orçamental, revisível anualmente, que restringe investimento e aumento de estrutura para acomodar toda uma nova dimensão de atividades;
 - Plano de Atividades e Orçamento deslizante que, não obstante prospetivo em ciclos trienais (3 anos), apenas ser de facto autorizado ao primeiro ano de projeção;
 - Quer por via do próprio *governance*:
 - Estatutos da empresa restringem a delegação de responsabilidades existente para a administração mandatada, a 5% do valor dos seus ativos;



- Quer ainda por via legal, e entre outros:
 - Art. 83º do Decreto lei 169-B/2019 remete decisões sobre oneração do Património a medio e longo prazo, para a esfera de decisão do Senhor Primeiro Ministro, o que tem subjacente toda uma cadeia de estruturas que consomem tempo incompatível para uma sociedade que não obstante dispor de capitais inteiramente publico, opera sob a esfera do direito privado, com as mesmas oportunidades e *timings* de resposta de uma qualquer sociedade comercial privada em regime de concorrência aberta;

E outras circunstanciais

- Apenas ter recolhido todas as aprovações ao Plano de Atividade e Orçamento 2020/22 já no decorrer do mês de fevereiro, cerca de um mês antes do início do evento Covid-19;
- Saída de pessoal do quadro (por reforma ou transferência) que não foi oportunamente tratada pela Área Administrativa e Financeira, encontrando-se a administração sem secretariado desde 30 de junho, situações que se encontravam identificadas desde dezembro 2019;
- Evento Covid – 19, adiante mais bem detalhado no Ponto 6.
- Saída de prestadora de serviços (Engenheira Florestgal em regime de *part time* e cedência da FICAPE) no início do mês de abril por desmotivação de propósito, situação que apenas foi regularizada em Julho por contratação de estagiária que se encontrava a findar o seu período de estágio;
- Pedido do acionista em abril, para reforçar e com caracter mensal a regularidade da informação prestada alem da exigida legalmente;
- Pedido do acionista em junho, de inclusão na prestação da informação já fornecida de mapas de indicadores com projeções de fecho de contas trimestrais;
- Ao que acresce ainda:
 - Baixa médica da Administradora Financeira desde 13 de julho até 12 de setembro, situação que veio a merecer desenvolvimento no final do mês de setembro com o anúncio pela própria de renuncia ao mandato com efeitos a 31 de Outubro;



-
- o Determinação pelo acionista, no início do mês de julho, de uma auditora interna à Florestgal, a realizar entre a última semana de julho e finais de novembro de 2020;

O que envolveu e a esta data ainda envolve de certa forma a Florestgal num “espartilho” de restrições à sua atividade, desconsiderando-se administrativa e burocraticamente e a todo o momento o interesse político que presidiu à sua criação, assim como as circunstâncias do país e dos portugueses até ao final do ano de 2020 e quem sabe 2021.

Os meios que dispõe para executar a sua missão são:

- um Conselho de Administração de dois (2) elementos, um quadro de pessoal de um (1) Engenheiro Florestal e uma (1) colaboradora na área administrativa, 1,25 *Full Time Equivalent*s fornecido pelos serviços partilhados Parpública na área administrativa e financeira/jurídica, 7 prestadores de serviços técnicos independentes (consultores) e 3 prestadores de serviços não técnicos independentes.
- ausência de um ERP (*back-office*) e um sistema produtivo (*front-office* - SIG – Sistema de Informação georreferenciado) integrados e funcionais, sendo que a maioria dos trabalhos são realizado em computadores portáteis avulsos e em software Office, com elevado risco operacional e sem padrão definido.
- Uma frota operacional de 6 veículos com mais de uma década e elevadíssimos custos de manutenção;

4. ATIVIDADE

Unidade: Euros

PAO/REAL	REAL	PAO	PAO		REAL		Desvio Orçamental	
	2 019	2 020	1º Sem.	3º Trim.	1º Sem.	3º Trim.	€	%
VENDAS	1 316 137	2 796 000	1 398 000	2 097 000	117 772	560 853	-1 536 147	-73%
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	304 585	299 338	149 669	224 504	203 039	292 431	67 927	30%
<i>Novos Negócios - Floresta de Conservação</i>	0	1 350 000	675 000	1 012 500	0	0	-1 012 500	-100%
Area de Expansão	0	0	0	0	0	0	0	0%
Outras receitas	1 418	0	0	0	0	0	0	0%
Margem de Venda de Imóveis	0	0	0	0	0	0	0	0%
RECEITAS TOTAIS	1 622 140	4 445 338	2 222 669	3 334 004	320 811	853 284	-2 480 720	-74%
Variação nos inventários da produção	909 645	419 400	209 700	314 550	117 772	224 160	-90 390	-29%
	909 645	419 400	209 700	314 550	117 772	224 160	-90 390	-29%
FSE - Fornecimentos e Serviços Externos	1 035 551	2 053 323	1 026 661	1 539 992	390 953	600 426	-939 566	-61%
Trabalhos Especializados	486 674	363 120	181 560	272 340	163 656	238 137	-34 203	-13%
<i>Serviços Partilhados Parpublica</i>	172 930	163 620	81 810	122 715	73 734	98 311	-24 404	-20%
Conservação e Reparação	52 000	8 000	4 000	6 000	21 506	46 776	40 776	680%
Honorários	200 037	323 191	161 595	242 393	101 731	164 210	-78 183	-32%
Publicidade e Propaganda	48 635	6 500	3 250	4 875	0	0	-4 875	-100%
Atividade Florestal	204 535	1 333 767	666 884	1 000 325	82 166	125 197	-875 129	-87%
<i>Património Próprio</i>	116 483	97 398	48 699	73 048	82 166	125 197	52 148	71%
<i>NN - Floresta de Conservação</i>	0	1 125 000	562 500	843 750	0	0	-843 750	-100%
Vigilância e Segurança	43 670	18 745	9 373	14 059	21 895	26 106	12 048	86%
Materiais	10 450	9 650	4 825	7 238	985	9 433	2 195	30%
Energia e Fluidos	35 433	58 030	29 015	43 522	12 189	19 676	-23 846	-55%
Deslocações, Estadas e Transporte	34 797	23 240	11 620	17 430	1 488	1 762	-15 668	-90%
Outros	70 425	132 119	66 060	99 089	16 850	30 018	-69 071	-70%
Rendas e Alugueres	7 916	85 539	42 770	64 154	216	216	-63 938	-100%
Comunicação	14 424	7 000	3 500	5 250	4 621	6 968	1 718	33%
Seguros	18 303	18 800	9 400	14 100	6 403	9 672	-4 428	-31%
Despesas de Representação	9 460	3 600	1 800	2 700	396	1 034	-1 666	-62%
Contencioso e Notariado	1 383	2 500	1 250	1 875	15	363	-1 512	-81%
Limpeza, Higiene e Conforto	7 261	5 000	2 500	3 750	3 792	6 591	2 841	76%
Portagens e Parqueamentos	11 678	9 680	4 840	7 260	1 407	5 175	-2 085	-29%
	1 186 655	2 276 362	1 138 181	1 707 271	422 465	661 316	-1 045 956	-61%
Custos com Pessoal	438 792	458 641	229 321	343 981	182 972	261 429	-82 551	-24%
CUSTOS TOTAIS	1 625 447	2 735 003	1 367 501	2 051 252	605 437	922 745	-1 128 507	-55%
Outros Rendimentos e Ganhos	70 783	13 000	6 500	9 750	21 810	24 500	14 750	151%
Outros Gastos e Perdas	26 328	15 000	7 500	11 250	9 864	27 853	16 603	148%
MARGEM BRUTA OPERACIONAL	-868 498	1 288 935	644 468	966 701	-390 451	-296 974	-1 263 676	-131%

4.1. COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS

Até 30 de setembro de 2020, a sociedade não adquiriu ou alienou qualquer imóvel.

A empresa tem em curso desde o final de 2019 um conjunto de diligências para a venda de um imóvel urbano em Vila Nova de Famalicão (Ativo não corrente detido para venda), insuscetível de utilização no objeto da sociedade. Ainda em 2019 a sua oferta ao mercado ficou deserta sem qualquer manifestação de interesse na sua aquisição. A empresa ainda não retomou as mesmas diligências em 2020, mas subsiste a intenção de venda deste imóvel através da definição de uma nova estratégia de abordagem ao mercado.

A empresa encontra-se a avaliar a oportunidade de proceder à alienação de seis (6) imóveis que, pelas suas características, de localização, reduzida dimensão (entre 0,5 e 7,43 hectares) e pela sua dispersão, não permitem dimensionar uma exploração económica florestal, pelos custos que encerram com o seu acompanhamento e limpeza para proteção contra incêndios. Acresce a esta situação a potencial alienação de uma propriedade de maiores dimensões, cujos termos de venda foram acordados há diversos anos e por anterior administração com uma edilidade, tendo sido recuperada recentemente e por esta última, essa negociação.

Até esta data, mantém-se por receber um valor da DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças, conforme reportado no Relatório de Gestão e Contas do exercício findo, não tendo havido quando desenvolvimento ou alteração em relação à informação já prestada.

4.2. VENDA DE PRODUTOS AGRO-FLORESTAIS, ARRENDAMENTOS E OUTROS

Os proveitos registados pela sociedade nos primeiros nove meses do ano com a venda de produtos agroflorestais ascenderam a cerca de 560.853 euros, decorrentes sobretudo da venda madeiras de eucalipto e de cortiça, nos montantes de 454.900 euros e 105.412 euros, respetivamente. Este valor compara assimetricamente com os 9/12 avos das receitas anuais projetadas (2.097.000 euros a setembro de 2020) uma vez que as vendas de ativos biológicos ocorrem sobretudo no segundo semestre de cada ano.



À data de produção deste relatório, encontrava-se já para aprovação em Conselho, propostas de adjudicação de lotes de madeira que foram anunciados em setembro em Famalicão da Serra, no valor de 1.174.865 euros, assim como de eucaliptos da Herdade da Revilheira, num valor de cerca de +/- 23.000 euros, que irão acrescer ao valor já contabilizado. Ainda neste íterim e a respeito das vendas de ativos biológicos, encontra-se também e já em processamento a faturação adicional de vendas de madeira certificada no valor de +/-18.000 euros,.

Tais valores estão bastante próximos da estimativa realizada a agosto para a projeção de fecho do ano de 2020 e que foi incluída na proposta de PAO 2021/23 submetida em setembro p.p..

Os proveitos com arrendamentos ascenderam neste período a 271.580 euros. O valor total previsto em orçamento (PAO) para arrendamentos a setembro 2020 é de 1.237.004 euros (224.504 € de arrendamentos comparáveis e+ 1.012.500 euros de arrendamentos de floresta de conservação), ou seja:

- Em termos de arrendamentos tradicionais comparáveis, a empresa encontra-se 30% acima do esperado para este momento do ano;
- Em termos da sua nova linha de negócio – Arrendamento de Floresta de Conservação – a empresa encontra-se ainda por materializar um objetivo de contratação até ao final do ano;

5. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

No final do terceiro trimestre de 2020, a sociedade registou um resultado líquido negativo em 390.825 euros, valor inferior aos 883.001 euros orçamentados para o mesmo período, o que representa um desvio negativo de cerca de 144%, provocado por diversas variações de sinais contrários.

Os principais desvios ocorreram nas rubricas de “vendas e serviços prestados” e de “Fornecimentos e serviços externos”.

Ao menor volume de negócios registado no período acima referido, produto da sua sazonalidade, contribuíram -1.012.500 euros de receitas relativas ao contrato do primeiro povoamento em regime de *Green/Forest Sponsoring* - Floresta de Conservação assim como menores correções de variação de inventário de produção (-90.390 euros pelas vendas que não foram concretizadas).



Em FSE – Fornecimentos e Serviços Externos, a variação favorável (939.566 euros) é sobretudo explicada por não se terem incorrido ainda em quaisquer custos relativos ao contrato do primeiro povoamento em regime de *Green/Forest Sponsoring* - Floresta de Conservação. Excluindo este efeito, os FSE's encontram-se 95.816 euros abaixo do previsto, e estes decorrem maioritariamente do facto de não terem sido incorridos, devido aos efeitos da pandemia e de reduções de atividades logísticas.

5.1. RESULTADO OPERACIONAL (antes de gastos de financiamento e impostos)

O Resultado Operacional alcançado em 30 de setembro de 2020 foi negativo em 3382.391 euros, sobretudo pelas pelas razões já elencadas, o que compara desfavoravelmente com um valor positivo previsto em orçamento de 898.751 euros.

5.2. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA – ATIVO

No final do terceiro trimestre de 2020 o Ativo totalizava o montante de 53.996.120 euros. Este valor representa um desvio favorável de 4.811.466 euros face ao Orçamento, sobretudo pela reclassificação de património ocorrida em dezembro 2019 que levou à extinção de Propriedades classificadas em Inventário (Ativos Correntes), encontrando-se estas agora distribuídas entre Propriedades de Investimento e Ativo Fixo Tangível (Ativos Não Correntes). Tal situação despoletou uma necessária reorganização de valores entre Ativos e tornou-se necessária em face da alteração do objeto da sociedade e da sua nova missão, onde recaem diferentes interesses e expetativas sobre os ativos existentes.

A alteração de valores relativos aos Ativos Biológicos deriva de mudança de critérios de valorização entre árvore e fruto sobreiro/cortiça e pinheiro manso /pinha mais consentâneos com cada espécie e que não são homogêneos entre si.

5.3. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA – CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de setembro de 2020, o Capital Próprio da empresa ascendia a 51.385.505 euros.



A variação deste valor face ao PAO, positivo em cerca de 4,484 milhões de euros, é o fruto do resultado líquido obtido em 2019 e cujo efeito decorre do descrito no Ponto 5.2, que se encontra maioritariamente em Resultados Transitados.

5.4. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA – PASSIVO

A 30 de setembro, o valor total do passivo era de 2.610.615 euros, que compara com 2.282.653 euros orçamentados, ou seja, superior em 327.932 euros em resultado das diversas recomposições de saldos no período em análise para o que mais contribui o reconhecimento de valores já recebidos a título dos novos contratos de arrendamento mas que ainda se materializarão no decorrer de 2021.

6. “COVID – 19”

6.1. “COVID – 19”

Já no decurso do ano de 2020, a respeito da pandemia covid-19 que desde dezembro 2019 se tornou conhecida à escala mundial, com impactos reais conhecidos em cerca de duas centenas de países e que levou o Governo português a declarar “Estado de Emergência” no dia 18 de março e por um prazo inicial de 15 dias, entretanto prorrogado 2 vezes, resultando por sua vez e sucessivamente em Estado de Calamidade e Estado de Alerta, a Florestgal pretende informar o seguinte:

Tendo em consideração a sua atividade – florestas e produtos florestais –, a produção dos ativos biológicos existentes permanece inalterada. Porém, a Florestgal antecipa um atraso ainda não completamente quantificável na sua exploração económica, pois esta depende da resiliência dos operadores a jusante da sua zona de intervenção na fileira florestal (produção), das medidas que estes adotaram para tentar manter as suas atividades durante o período de confinamento social e as que venham a adotar no seu seguimento.

Considerando o facto de as atenções se encontrarem hoje centradas nos temas relacionados com a saúde pública mundial, é naturalmente de esperar que a linha estratégica de novos negócios da FLORESTGAL, nomeadamente a captação de *green/forest sponsors* para Floresta de Conservação, seja previsivelmente afetada num primeiro momento.

Contudo, o esforço estratégico será mantido porquanto se encontra adaptado a necessidades reais e igualmente prementes. Os “proveitos ambientais” observados pela paralisação da economia não são nada despiciendos em matéria de ação climática e ajudarão ao cumprimento das metas estabelecidas pela própria União Europeia (EU), que mantém inalterado o compromisso de assumir a liderança no combate mundial às alterações climáticas.

Como é sabido, os dirigentes da UE ambicionam atingir o objetivo da neutralidade climática na Europa até 2050, em total consonância com o Acordo de Paris.

Desenvolvendo esforços conjuntos ao longo das próximas décadas, os países da UE mantêm-se empenhados em assegurar que as emissões de gases com efeito de estufa sejam reduzidas ao mínimo e que as medidas para compensar as restantes emissões aconteçam desde já – o Pacto Ecológico Europeu (*European Green Deal*) continua a ser uma prioridade da Comissão Europeia e a Europa prossegue a procura de ser o primeiro



continente neutro do ponto de vista climático, pelo que o relançamento da economia terá necessariamente de continuar a observar as metas atrás descritas.

É esta a conjuntura que a Florestgal observa. Trata-se de um ensejo que deve ser aproveitado pela empresa, sobretudo por via do conceito *green/forest sponsoring* + energias renováveis, que será seguramente mantido, reforçado e adensado em face dos novos desafios económicos e sociais.

No entanto, em face da recente implementação do Plano de Negócios, é expectável que o presente enquadramento, sobretudo pelas medidas de condicionamento que revestiu e ainda reveste, venha a comprometer alguns dos objetivos definidos para 2020, já que o arranque de diversas atividades se encontra de alguma forma restringido pelo confinamento social imposto e do efeito recessivo que veio a criar a uma escala planetária.

O Conselho de Administração considera que os valores registados nas demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2019, com referência às rubricas de Ativos Fixos Tangíveis, Propriedades de Investimento, Ativos Biológicos e Ativos Não Correntes Detidos para Venda traduzem os critérios de mensuração aplicáveis a cada tipo de ativo, à luz do normativo correspondente.

Contudo, os valores obtidos em 31/12/2019 não tomavam em consideração o potencial efeito da pandemia covid-19, sendo este um evento posterior à data de referência das contas, por conseguinte, não ajustável. É de referir, no entanto, que a evolução dos efeitos da pandemia provocada pelo novo coronavírus poderá provocar um efeito relevante no apuramento futuro do justo valor/quantia recuperável dos seus ativos e consequentemente no valor da empresa, o que poderá ser verificável através das avaliações a efetuar mais próximo do final do ano.

Por último, importa referir que não possuindo a empresa qualquer endividamento bancário, nem compromissos a honrar para além dos relacionados com os seus fornecedores correntes, as suas contas de exploração acompanham e adaptam-se em grande correlação e proximidade com a situação que se vive.

A Florestgal não tem uma estrutura de custos fixos significativa e dispõe ainda de reservas de caixa para suportar os custos de pessoal e de operações a níveis normais de atividade (pré-fenómeno covid-19) por aproximadamente dois anos, permitindo à administração, no ano em curso, manter a gestão da situação sem grandes pressões de tesouraria.

6.2. MEDIDAS ADOPTADAS E A ADOPTAR

Tal como referido nos Relatórios de Controlo Orçamental e de Acompanhamento da Atividade do primeiro e segundo trimestre do corrente ano, a administração entendeu que em face do enquadramento específico da sociedade, a circunstância do evento Covid-19, a perspetivada recessão económica em vista e agora já concretizada que, deveria adotar as seguintes medidas:

“ ...

1. Atendendo ao período mais reduzido que agora disporá em 2020 para executar o seu PAO / Plano de Negócios, aumentar o esforço comercial por via de uma realocação interna e imediata dos meios hoje disponíveis (consultores e prestadores de serviços, estagiários e os dois quadros existentes), de molde a perseguir a linha estratégica de novos negócios da FLORESTGAL e outros aproveitamentos da floresta, designadamente a captação de sponsors para Floresta de Conservação e de legado, *green on green* + energias renováveis;
2. Adensar desde já o esforço de rentabilização do património próprio e focalizar a empresa na expansão florestal de produção e de valorização territorial nas regiões onde impera o regime minifundiário, envolvendo transversalmente os recursos e os meios atualmente disponíveis na empresa (consultores e prestadores de serviços, estagiários e os dois quadros existentes);
3. Encetar desde já a avaliação de novas e outras oportunidades para dinamização da sua missão, levando em consideração as atuais circunstâncias de confinamento / recessão;
4. Iniciar de imediato a criação de Planos de Ação para uma mais rápida execução do seu PAO, sobretudo por forma a minimizar os impactos na atividade da empresa e determinar os resultados a alcançar;
5. A criação de novos planos de contingência, para além dos já adotados, e ir ajustando os existentes, sempre e tão logo que disponha de informação que o justifique e fundamente, permitindo à empresa ir respondendo às evoluções que venham a surgir aos níveis económico e/ou social;

...”

Genericamente e ao longo dos últimos seis meses, as ações 1, 3, e 4. despoletadas vieram a conhecer diversos desenvolvimentos com múltiplos contactos e negociações em curso. Desafortunadamente, a falta de recursos humanos e de sistemas, que se avolumaram e acumularam não permitiu ainda materializar esses resultados em tempo útil, que se esperam concluir até ao final do ano



O Plano de Negócios 2020/60 elaborado em conjunto com a Consultora *PWC-PriceWaterhouseCoopers* no segundo semestre de 2019 já havia identificado que o principal risco da empresa seria o (risco) de execução, ou seja, falta de meios para o concretizar.

Essa falta de meios não só já era notória como, o acréscimo de pedidos entretanto determinados pelo acionista, primeiro por maior regularidade de informação financeira a prestar (abril), depois por maior qualidade e quantidade (junho) , pelo início de uma auditoria interna (iniciada no mês de julho) e por fim a necessidade de reafectar meios para o PAO 2021/23, impreterivelmente levaram a desvio de esforços e de atenção. Tal incontornavelmente condiciona o desenvolvimento esperado e mesmo as medidas que a administração entendeu adotar para “contornar” o enquadramento adverso em que a empresa, a economia, o Estado Português e o mundo se encontravam, e encontram.



Figueiró dos Vinhos, 27 de novembro de 2020

O Conselho de Administração

**JOSÉ
MIGUEL
ABREU DE
FIGUEIREDO
MEDEIROS** Assinado de forma
digital por JOSÉ
MIGUEL ABREU DE
FIGUEIREDO
MEDEIROS
Dados: 2020.11.27
10:58:05 Z

Dr. José Miguel Medeiros

**RUI
PEDRO
DE
SOUSA
BARREIRO** Assinado de
forma digital
por RUI PEDRO
DE SOUSA
BARREIRO
Dados:
2020.11.27
19:04:54 Z

Eng.º Rui Pedro Barreiro



7. ANÁLISE DE DESVIOS FACE AO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

Todos os valores constantes das tabelas seguintes encontram-se em Euros.



7.1. BALANÇO REAL VS ORÇAMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

FLORESTGAL BALANÇO PREVISIONAL	Real	PAO	Desvios	
	30/09/2020	30/09/2020	Valor	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	25 016 535,91	12 958 075,87	12 058 460,04	93,06%
Ativos fixos intangíveis	1 291,50	0,00	-1 291,50	
Propriedades de Investimento	9 052 533,27	8 339 456,52	713 076,75	8,55%
Ativo sob direito de uso	158 301,19	0,00	158 301,19	
Ativos por impostos diferidos	1 764 100,65	1 588 146,08	175 954,57	11,08%
Total Ativo não Corrente	35 992 762,52	22 885 678,47	13 107 084,05	57,27%
Ativo corrente				
Inventários	21 540,43	10 338 358,30	-10 316 817,87	-99,79%
Ativos biológicos	11 079 066,88	8 505 615,25	2 573 451,63	30,26%
Clientes	184 995,79	388 387,91	-203 392,12	-52,37%
Estado e outros entes públicos	6 559,06	197 981,59	-191 422,53	-96,69%
Outras contas a receber	1 171 474,78	1 276 898,97	-105 424,19	-8,26%
Diferimentos	3 851,26	20 011,85	-16 160,59	-80,76%
Ativos não correntes detidos para venda	588 000,00	0,00	588 000,00	
Caixa e depósitos bancários	4 947 869,26	5 571 721,52	-623 852,26	-11,20%
Total Ativo Corrente	18 003 357,46	26 298 975,39	-8 295 617,93	-31,54%
TOTAL DO ATIVO	53 996 119,98	49 184 653,86	4 811 466,12	9,78%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado	24 700 000,00	24 700 000,00	0,00	0,00%
Reservas legais	1 742 290,51	1 530 952,51	211 338,00	13,80%
Resultados transitados	25 029 939,06	19 788 047,70	5 241 891,36	26,49%
Outras variações no capital próprio	304 100,76	0,00	304 100,76	
Resultado líquido do período	-390 824,88	883 000,67	-1 273 825,55	-144,26%
Total do capital próprio	51 385 505,45	46 902 000,87	4 483 504,58	9,56%
Passivo				
Passivo não corrente				
Passivos de Locação	141 706,76	273 761,48	-132 054,72	-48,24%
Passivos por impostos diferidos	1 764 100,65	1 588 146,08	175 954,57	11,08%
Total do Passivo não Corrente	1 905 807,41	1 861 907,56	43 899,85	2,36%
Passivo corrente				
Fornecedores	8 760,79	59 431,15	-50 670,36	-85,26%
Adiantamentos de clientes	31 587,00	31 587,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	23 646,50	18 210,53	5 435,97	29,85%
Passivo da locação	35 431,84	0,00	35 431,84	
Diferimentos	324 530,52	139 086,70	185 443,82	133,33%
Outras contas a pagar	280 850,47	172 430,08	108 420,39	62,88%
Total do Passivo Corrente	704 807,12	420 745,46	284 061,66	67,51%
Total do Passivo	2 610 614,53	2 282 653,02	327 961,51	14,37%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	53 996 119,98	49 184 653,90	4 811 466,08	9,78%

7.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS REAL VS ORÇAMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

FLORESTGAL DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA PREVISIONAL	Real	PAO	Desvios	
	30/09/2020	30/09/2020	Valor	%
Vendas e serviços prestados	581 704	3 334 004	-2 752 300	-82,55%
Subsídios à exploração	7 119	0	7 119	
Variação nos inventários de produção	-224 160	-314 550	90 390	-28,74%
Fornecimentos e serviços externos	-661 316	-1 707 272	1 045 957	-61,26%
Gastos com pessoal	-261 429	-343 981	82 551	-24,00%
Imparidade de dívidas a receber	2 000	0	2 000	
Outros rendimentos e ganhos	286 961	9 750	277 211	2843,19%
Outros gastos e perdas	-27 853	-11 250	-16 603	147,58%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-296 974	966 701	-1 263 675	-130,72%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-85 417	-67 950	-17 467	25,71%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-382 391	898 751	-1 281 142	-142,55%
Juros e gastos similares suportados	-4 609	-11 250	6 641	-59,03%
Resultado antes de impostos	-387 000	887 501	-1 274 501	-143,61%
Imposto s/ rendimento do período	-3 825	-4 500	675	-15,00%
Resultado líquido do período	-390 825	883 001	-1 273 826	-144,26%



8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO TERCEIRO TRIMESTRE

Todos os valores constantes das tabelas seguintes encontram-se em Euros.

8.1. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA A 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Rubricas	Posição	Posição
	30/09/2020	31/12/2019
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	25 016 535,91	25 047 116,59
Ativos fixos intangíveis	1 291,50	0,00
Propriedades de Investimento	9 052 533,27	9 052 533,27
Ativo sob direito de uso	158 301,19	249 582,76
Ativos por impostos diferidos	1 764 100,65	1 764 100,65
	35 992 762,52	36 113 333,27
Ativo corrente		
Inventários	21 540,43	21 540,43
Ativos biológicos	11 079 066,88	11 303 227,11
Clientes	184 995,79	1 314 745,04
Estado e outros entes públicos	6 559,06	252 523,78
Outras contas a receber	1 171 474,78	1 171 702,34
Diferimentos	3 851,26	3 230,75
Ativos não correntes detidos para venda	588 000,00	588 000,00
Caixa e depósitos bancários	4 947 869,26	3 546 889,61
	18 003 357,46	18 201 859,06
Total do Ativo	53 996 119,98	54 315 192,33
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado	24 700 000,00	24 700 000,00
Reservas legais	1 742 290,51	1 530 952,51
Resultados transitados	25 029 939,06	21 014 517,00
Outras variações no capital próprio	304 100,76	304 100,76
	51 776 330,33	47 549 570,27
Resultado líquido do período	-390 824,88	4 226 760,06
Total do capital próprio	51 385 505,45	51 776 330,33
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo da Locação	141 706,76	191 646,67
Passivos por impostos diferidos	1 764 100,65	1 764 100,65
	1 905 807,41	1 955 747,32
Passivo corrente		
Fornecedores	8 760,79	88 004,45
Adiantamentos de clientes	31 587,00	31 587,00
Estado e outros entes públicos	23 646,50	91 608,16
Passivo da locação	35 431,84	58 263,15
Diferimentos	324 530,52	147 256,20
Outras contas a pagar	280 850,47	166 395,72
	704 807,12	583 114,68
Total do Passivo	2 610 614,53	2 538 862,00
Total do capital próprio e do Passivo	53 996 119,98	54 315 192,33

8.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Rubricas	Períodos	
	30/09/2020	31/12/2019
Vendas e serviços prestados	581 703,67	1 343 937,66
Subsídios à exploração	7 119,43	1 418,20
Variação nos inventários de produção	-224 160,23	-909 645,15
Fornecimentos e serviços externos	-661 315,56	-1 186 884,94
Gastos com pessoal	-261 429,47	-438 792,12
Imparidade de dívidas a receber	2 000,00	-33 916,63
Imparidade em inventários	0,00	-2 032 272,22
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	7 379 007,84
Outros rendimentos e ganhos	286 960,64	347 567,24
Outros gastos e perdas	-27 852,85	-26 328,10
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-296 974,37	4 444 091,78
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-40 706,55	-96 046,65
Gastos/reversões de depreciação e de amortização - IFRS 16	-44 710,05	-98 241,15
Imparidade em ativos fixos tangíveis (perdas/reversões)	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-382 390,97	4 249 803,98
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados - IFRS 16	-4 608,91	-5 763,97
Resultado antes de impostos	-386 999,88	4 244 040,01
Imposto s/ rendimento do período	-3 825,00	-17 279,95
Resultado líquido do período	-390 824,88	4 226 760,06
Resultado básico por acção	-0,03	0,37



9. RELATÓRIO TRIMESTRAL DO FISCAL ÚNICO



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILÇA

Ao Exmº Conselho de Administração de
FLORESTGAL – EMPRESA DE GESTÃO E
DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, S.A.
Rua Comendador Joaquim Araújo Lacerda, 16-18
3260-412 FIGUEIRÓ DOS VINHOS

RELATÓRIO TRIMESTRAL INFORMATIVO DO FISCAL ÚNICO CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL À DATA DE 30.09.2020

1. INTRODUÇÃO

Nos termos da legislação em vigor, designadamente do disposto no artigo 44.º, n.º 1 alínea i), do Decreto-Lei n.º 133/2013, vimos por este meio emitir o relatório de acompanhamento ao Relatório Trimestral de Execução Orçamental da FLORESTGAL – EMPRESA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, S.A. (FLORESTGAL ou a Entidade). Para tal, o Fiscal Único acompanhou a gestão através da análise dos balancetes e mapas demonstrativos de execução orçamental, referentes ao terceiro trimestre, nomeadamente o balancete analítico de setembro bem como o Relatório de Controlo Orçamental e de Acompanhamento da Atividade, referente ao período em análise.

Consideramos relevante salientar que a proposta do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento (PAO) para 2020, 2021 e 2022, datada de 18 de novembro de 2019, mereceu acolhimento pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) e, também do Sr. Secretário de Estado do Tesouro (SET), conforme despachos de 16 e 31 de janeiro, respetivamente. Posteriormente, em 5 de março de 2020, o mesmo documento mereceu parecer favorável do Sr. Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território.

De mencionar adicionalmente que a Entidade apresentou a proposta do PAO para 2021, 2022 e 2023, datada de 21 de setembro de 2020, a qual aguarda à data as competentes autorizações.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas e orientações técnicas e éticas aceites pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

1/3

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Tendo por base o Orçamento para 2020, analisámos os diversos desvios reportados a 30 de setembro de 2020, os quais se traduzem na apresentação de um resultado líquido negativo de -390.825 euros, valor inferior ao projetado (positivo de 883.001 euros) em 1.273.826 euros. Este desvio traduz o facto de os rendimentos previsionais do terceiro trimestre de 2020 serem apresentados como três quartos dos rendimentos previsionais previstos para 2020. Considerando o contexto de recente implementação do Plano de Negócios é razoável que o mesmo não ocorra de modo uniforme ao longo do ano. Existe adicionalmente o efeito decorrente da pandemia da COVID-19, sobretudo pelas medidas de condicionamento que reveste (de restrição de circulação e de confinamento genéricos das populações). É entendimento do Conselho de Administração que este evento possa comprometer alguns dos objetivos definidos para 2020, já que o arranque de diversas atividades nomeadamente a captação de green/forest sponsors para Floresta de Conservação se encontra restringido pelo confinamento social imposto. A Entidade detalha especificamente a sua aferição dos eventuais impactos resultantes do atual contexto pandémico.

O capítulo 3 do Relatório de Controlo Orçamental e de Acompanhamento da Atividade apresenta adicionalmente a aferição do Conselho de Administração quanto a um conjunto de constrangimentos, estruturais ou circunstanciais, à prossecução da atividade da FLORESTGAL.

3. ANÁLISE AOS DOCUMENTOS CONTABILÍSTICOS

Procedemos à análise das contas da Entidade e demais informação financeira que nos foi facultada, com a frequência, extensão e profundidade consideradas adequadas em função da materialidade e importância relativas das rubricas, dos quais destacamos:

A. Procedimentos, recomendações e testes de conformidade:

A.1. Obtenção de diversos esclarecimentos e documentação, solicitados junto dos Serviços competentes;

A.2. Análise das políticas contabilísticas adotadas pela Entidade, em especial no que se refere à sua adequação e consistência.

B. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria.

4. CONCLUSÃO

Face à análise efetuada aos elementos que para o efeito nos foram disponibilizados, é nosso Parecer que a execução orçamental se encontra dentro dos parâmetros aceitáveis.

Lisboa, 02 de dezembro de 2020

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056